

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.299 - PR (2018/0200605-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : AUTO POSTO RANCHO AMIGO LTDA
AGRAVANTE : MOACIR RUBENS SPONCHIADO
AGRAVANTE : IRENE SPONCHIADO
AGRAVANTE : ALDINO POLETTI
AGRAVANTE : LUIS CARLOS MIGUELI
AGRAVANTE : CARMEM TEREZINHA DONIN
AGRAVANTE : ADELINO LUIZ BEGNINI
AGRAVANTE : NERI JOSE DOTTO
AGRAVANTE : JOSE POCHMANN
AGRAVANTE : KNORST & BARAZETTI LTDA
AGRAVANTE : ANTAO BORIN
ADVOGADO : NILTON GIULIANO TURETTA E OUTRO(S) - PR023773
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO : JOAQUIM MIRO - PR015181
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA E OUTRO(S) - PR041442
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402
ALINE DOMINGUES COSTA DE ARAUJO - RJ198921

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 1.325/1.340) interposto contra decisão desta relatoria que deu provimento ao recurso especial da ora embargada para decretar a carência de ação por falta de interesse de agir, julgando improcedente o pedido dos autores (e-STJ fls. 1.240/1.243).

Em suas razões, os agravantes alegam que (e-STJ fl. 1.328):

17. Eventualmente, observa-se, ainda, que, o Tribunal de origem, no acórdão recorrido, apenas afastou a Súmula nº. 389/STJ, não analisando se houve o cumprimento ou não dos requisitos relativos a ela e ao art. 100, § 1º, da Lei nº. 6.404/76 no presente caso, conforme a atual jurisprudência do STJ.

18. De outro lado, se extrai dos autos e a parte agravante aduziu nas contrarrazões ao recurso especial e nas petições perante este STJ o cumprimento desses requisitos, uma vez que protocolou os requerimentos prévios.

19. Desse modo, em caso de não improvimento do recurso especial interposto, torna-se necessário o retorno dos autos à origem para aferição desses elementos fáticos, até para que não ocorra supressão de instância, como vem sendo decidido em número recursos similares ao presente, evocando-se nesse sentido REsp nº. 1.787.444/PR 4ª. Turma STJ; e REsp 1.785.045/PR 3ª. Turma, anexo.

A agravada apresentou impugnação (e-STJ fls. 1.343/1.354).

Decido.

Nas contrarrazões do recurso especial interposto pela companhia telefônica, os ora agravantes sustentaram que (e-STJ fl. 1.184):

A parte Recorrida esclarece que observou a Súmula nº. 389 do STJ, tendo efetuado

prévia notificação extrajudicial, conforme documentos acostados nos autos, seq. 1.2/1.11, desse modo, eventual alteração do julgado quanto ao ponto, demandaria reexame de provas, providência vedada em recurso especial nos termos da Súmula 07 do STJ, neste sentido acórdão prolatado no AgRg no AREsp 747.821/PR, ementa anexa.

Conforme explicitado na decisão ora agravada, a caracterização do interesse de agir, em ações que objetivam a exibição de documentos societários, exige a prova do requerimento formal na via administrativa e o comprovante do pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976), conforme assentado por esta Corte em recurso submetido ao regime do art. 543 do CPC/1973:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS COM DADOS SOCIETÁRIOS. RECUSA. RECURSO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. LEI N. 6.404/1976, ART. 100, § 1º. AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DA "TAXA DE SERVIÇO". RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.

I. Falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar:

- a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido;
- b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976.

II. Julgamento afetado à 2a. Seção com base no Procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução/STJ n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).

III. Recurso especial não conhecido.

(REsp n. 982.133/RS, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/9/2008, DJe 22/9/2008.)

Além disso, aplica-se o entendimento da Súmula n. 389/STJ aos pedidos de exibição incidental dos contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ. INCIDÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO. ART. 333, INCISO I, DO CPC/1973.

1. É firme na jurisprudência de ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção o entendimento de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira.

2. A não comprovação da prévia existência de requerimento formal apresentado pelo autor da demanda visando obter os contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira revela sua falta de interesse de agir, impondo a extinção do feito sem resolução meritória. A determinação de exibição incidental desses documentos nessa hipótese (de não comprovação da apresentação do imprescindível requerimento prévio) constitui verdadeira ofensa ao art. 333, inciso I, do CPC/1973. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.331.352/RJ, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 1º/12/2016.)

Superior Tribunal de Justiça

Entretanto, a Corte de origem reconheceu o interesse de agir dos autores, manifestando-se nos seguintes termos (e-STJ fl. 1.071):

Sustenta a apelante, em síntese, que os autores não possuem interesse de agir em relação ao pedido incidental de exibição, haja vista que o STJ possui entendimento consolidado (REsp 982.133/RS e Súmula 389) no sentido de que é indispensável a existência de prévio requerimento administrativo e pagamento da taxa de serviço. Logo, apenas quando atendidos tais requisitos e a empresa não apresentar os documentos solicitados é que haverá interesse processual na ação em que se postula a obtenção de documentos com dados societários.

Pois bem.

Ao contrário do que alega a requerida, está presente o interesse de agir para o pedido de exibição documental. Isto porque os precedentes invocados pela requerida não se aplicam ao caso concreto, impondo-se o prévio requerimento administrativo e pagamento da taxa de serviço apenas quando se tratar de ação cautelar autônoma de exibição de documentos.

Na presente demanda, porém, o pedido de exibição de documentos foi realizado de forma incidental ao pedido principal, consubstanciado na pretensão de subscrição das ações oriundas do contrato de participação financeira firmado pelo autor. (grifos no original.)

Diante do exposto, RECONSIDERO EM PARTE a decisão monocrática (e-STJ fls. 1.240/1.243) E DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que decida acerca do interesse de agir da parte autora à luz da Súmula n. 389/STJ.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator